



ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

SUPRAM ZONA DA MATA - Diretoria Regional de Administração e Finanças

Versão v.20.09.2020.

TERMO DE REFERÊNCIA

DATA	ÓRGÃO SOLICITANTE	NÚMERO DA UNIDADE DE COMPRAS
23/06/2023	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais	1371060

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO	SUPERINTENDÊNCIA OU DIRETORIA
Nome: Dorgival da Silva E-mail: dorgival.silva@meioambiente.mg.gov.br Ramal para contato: (32) 3539-2721	Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata

1. OBJETO:

O presente termo de referência tem por objeto a aquisição de utensílios domésticos e descartáveis para a Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata no município de Ubá e para o Núcleo Regional de Regularização Ambiental no município de Viçosa, sob a forma de entrega integral e conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas neste documento.

Item	Código item SIAD	Unid. de aquisição	Quantidade	Descrição do item CATMAS
1	325457	1,00 UNIDADE	02	SUPORTE PARA COPO DESCARTAVEL - MATERIA-PRIMA: PLASTICO TRANSPARENTE, COM LATERAIS EM ACO INOX; COPO: 200ML; CAPACIDADE DE COPOS: 100 UNIDADES
2	269344	1,00 UNIDADE	30	PANO DE PRATO - TECIDO: 100% ALGODAO; ACABAMENTO: ATOALHADO, LISO, COM BAINHA, TRAMA BEM FECHADA; DIMENSOES: 46 X 66CM
3	506893	1,00 UNIDADE	16	COADOR - MATERIA-PRIMA: ALGODAO; NUMERO/TAMANHO: 05; ARO: COM ARO; CABO: SEM CABO
4	1665847	1,00 UNIDADE	05	CANECA FERVEDOR MATERIA-PRIMA: ALUMINIO; CAPACIDADE VOLUMETRICA: 2 L; TAMPA: SEM TAMPA; CABO: EM BAQUELITE OU MADEIRA

5	721450	1,00 UNIDADE	10	BALDE - CAPACIDADE: 20 LITROS; MATERIA-PRIMA: PLASTICO; ALCA: ALCA EM METAL
6	757187	1,00 UNIDADE	06	CONJUNTO XICARA/PIRES - APLICACAO: CAFE; MATERIA-PRIMA: PORCELANA BRANCA; ACABAMENTO: SEM FRISOS; CAPACIDADE: 100 ML
7	983390	CAIXA 30,00 UNIDADES	50	COADOR - MATERIA-PRIMA: PAPEL NA COR BRANCA; NUMERO/TAMANHO: 103; ARO ; CABO
8	866989	1,00 UNIDADE	04	SUPORTE PARA COADOR - MATERIA-PRIMA: PLASTICO; NUMERO: NUMERO 103
9	1443518	1,00 UNIDADE	06	GARFO - TIPO: MESA; MATERIA-PRIMA: ACO INOX; CABO: ACO INOX; DIMENSOES: 199MM X 28MM X 20MM(CXLXA)
10	1443402	1,00 UNIDADE	06	COLHER - TIPO: MESA; MATERIA-PRIMA: ACO INOX; MATERIAL CABO: ACO INOX (PECA UNICA); DIMENSOES: 197MM X 44MM X 23MM (C X L X A)
11	130311	1,00 UNIDADE	06	COLHER - TIPO: CAFE; MATERIA-PRIMA: ACO INOX; MATERIAL CABO: ACO INOX; DIMENSOES: 12CM COMPRIMENTO, APROXIMADAMENTE
12	721581	1,00 UNIDADE	06	FACA - IDENTIFICACAO: MESA; MATERIA-PRIMA: ACO INOX; COMPRIMENTO: 18CM; LAMINA: SERRILHADA COM PONTA ARREDONDADA; CABO: ACO INOX
13	721859	1,00 UNIDADE	06	PRATO - AVULSO - MATERIA-PRIMA: PORCELANA; TIPO: RASO; FORMATO: CIRCULAR; COR: BRANCA
14	148407	CAIXA 6,00 UNIDADES	01	COPO - MATERIA-PRIMA: VIDRO; TIPO: TRANSPARENTE, LISO, DE PE; CAPACIDADE: 300ML

1.1 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1.1.1 As especificações do objeto estão detalhadas no quadro constante no item 1 deste Termo de Referência.

1.2 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO OBJETO:

1.2.1 Os materiais deverão, obrigatoriamente, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle e fiscalização de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc.

1.2.2 Os itens deverão ser entregues em embalagens que garantam sua integridade sem qualquer risco de danificação.

2. DO LOTE:

2.1 LOTE EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

2.1.1 Os lotes serão exclusivos para ME/EPP, nos termos do art. 48, inciso I, da LC 123/2006 c/c art. 8º do Decreto Estadual nº 47.437/2018.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

3.1 Justifica-se a aquisição de itens de utensílios domésticos e descartáveis, devido a necessidade de manutenção do funcionamento da Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata e para o Núcleo Regional de Regularização Ambiental no município de Viçosa.

3.2 O objetivo principal é manter a organização e funcionamento do ambiente da cozinha da Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata e do Núcleo Regional de Regularização Ambiental no município de Viçosa fornecendo itens de utilização doméstica para os servidores realizarem as eventuais alimentações, quando necessário, proporcionando bem estar e melhores condições de trabalho aos servidores que estão vinculadas a estas Unidades.

3.3 A referida aquisição suprirá o fornecimento interno do Almoxarifado, para dar atendimento de forma satisfatória às demandas da Superintendência e do NAR Viçosa, haja vista que os materiais elencados no item 1.1 são de suma importância para a manutenção das condições de trabalho dos servidores.

3.4 As quantidades foram estimadas com base no levantamento feito de consumo do exercício anterior e da necessidade de substituição dos bens atualmente disponíveis, uma vez que a Administração Pública contrata na medida de suas necessidades.

3.5 Diante do exposto, concluímos que a contratação do objeto, ora em tela, é imprescindível para darmos continuidade nas atribuições inerentes à administração pública para que ocorra o bom funcionamento dos serviços, que continuará trazendo benefícios diretos e indiretos aos servidores.

4. JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE

4.1 O processo licitatório será realizado por meio de Cotação Eletrônica de Preços – COTEP para aquisição de bem comum, que se enquadra, como dispensa de licitação, por limite de valor, nos termos do inciso II do art. 24 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais regulamentações pertinentes.

4.2 A Cotação Eletrônica de Preços - COTEP permite a participação de empresas que atuam no ramo pertinente ao objeto, assim como na modalidade de licitação “Pregão Eletrônico”, no entanto, com um custo para a realização da compra bem menor, o que necessariamente deve ser considerado. A licitação terá a participação exclusiva de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, nos termos do Decreto nº 47.437/2018.

4.3 A Diretoria de Administração e Finanças registrará o processo de compras no portal com antecedência de 02 (dois) dias úteis, visando propiciar prazos para as empresas fornecedoras atualizarem seus dados no Portal e/ou cadastrarem no CAGEF, conforme artigo 3º da Resolução Seplog nº106/2012, bem como se inteirar deste Termo de Referência. Estes procedimentos visam atender aos princípios da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme dispõe o artigo 37 da Constituição Federal/88.

4.4 O valor estimado para aquisição do objeto, atende ao limite determinado no art. 24, inciso II da Lei Federal 8.666/93.

4.5 A empresa vencedora do certame será aquela que tiver **menor preço por lote** e que tiver plenas condições de entregar o material conforme condições pré-estabelecidas neste Termo de Referência, e atender a todas as exigências legais da Administração Pública do Estado de Minas, devendo estar devidamente cadastrada como fornecedora no Portal de Compras e com a documentação em vigor desde a fase de Cotação Eletrônica de Preços até o efetivo pagamento do objeto ora adquirido.

5. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:

5.1 Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.1 A empresa comerciante dos materiais objeto deste certame interessada em participar desta COTEP, deverá fornecer o produto somente de empresas legalmente autorizadas pelos órgãos que normatizam a concessão dos mesmos, visando atender a todas as normas e procedimentos legais.

7. CRITÉRIOS DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

7.1 Será aceita a proposta comercial de **MENOR PREÇO**.

7.2 Proposta comercial contendo as especificações completas do objeto, inclusive com imagem do produto, proporcionando condições à Administração de verificar a compatibilidade da oferta com o solicitado neste termo de referência.

7.3 A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da abertura da sessão pública da COTEP, em data e horário definidos no sistema.

7.4 No preço proposto deverá estar incluído todos os tributos, encargos sociais, financeiros e trabalhistas, taxas e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto da presente cotação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da contratada.

7.5 A desclassificação da proposta será fundamentada e será registrada no Portal de Compras/MG.

8. **DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS:**

8.1 Não será exigida a apresentação de amostras.

9. **DA EXECUÇÃO DO OBJETO:**

9.1 **Prazo de Entrega:**

9.1.1 Até **15 (quinze) dias úteis** contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

9.1.2 Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, o fornecedor do produto poderá solicitar prorrogação da entrega, ficando a cargo da área demandante aceitar a solicitação, desde que não haja prejuízo no abastecimento da rede.

9.2. **Do Local e Horário de Entrega:**

9.2.1 Os produtos serão entregues no seguinte endereço: Superintendência Regional de Meio Ambiental da Zona da Mata - Rodovia Ubá - Juiz de Fora, KM 02 – Bairro Horto Florestal – Ubá / MG. CEP: 36.500-970, no horário de 8 às 12 horas e de 13 às 16 horas, de segunda a sexta feira.

9.3. **Condições de recebimento:**

9.3.1 Os produtos serão recebidos:

9.3.1.1 Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação, oportunidade em que se observarão apenas as informações constantes da fatura e das embalagens, em confronto com a respectiva nota de empenho;

9.3.1.2 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, que deverá acontecer em até **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento provisório.

9.3.2 O recebimento/aprovação do(s) produto(s) pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se e a Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/1990.

9.4 **Cronograma físico-financeiro:**

9.4.1 Não se aplica ao processo de compra em tela.

10. **DO PAGAMENTO:**

10.1 O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de até **30 (trinta) dias** corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.

11. DO CONTRATO:

11.1 Não se aplica, uma vez que a entrega será única e integral, considerada aquela com prazo inferior a 30 dias e que não gere obrigação futura. O instrumento contratual será substituído por Autorização de Fornecimento, emitida pelo Portal de Compras/MG.

12. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA RELAÇÃO JURÍDICA:

12.1. Atendendo às exigências contidas no inciso III do art. 58 e §§ 1º e 2º, do artigo 67 da Lei nº. 8.666 de 1993, será designado pela autoridade competente, o servidor Cleisson Leal Vieira, MASP 1147882-3, agente para acompanhar e fiscalizar o contrato, como representante da Administração.

12.2. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

12.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

12.4. O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

12.5. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, que possibilite a aplicação das sanções previstas neste instrumento, deverão ser observadas as disposições do art. 40 (e seguintes) do Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012.

12.6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º do art. 67, da Lei nº. 8.666/93.

12.6.1. Caberá ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1 A despesa referente ao presente exercício, será acobertada pela Dotação Orçamentária expressa na Declaração de Disponibilidade Orçamentária, juntada ao presente processo.

13.2 Dotação Orçamentária: 1371.04.122.705.2500.0001.3390.30.03.0.29.1

14. DAS GARANTIAS:

14.1 Garantia financeira da execução:

14.1.1 Não será exigida garantia financeira da execução para este objeto.

14.2. Garantia do produto/serviço: fabricante, garantia legal ou garantia convencional:

14.2.1 Garantia legal estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC) de (30 dias - produtos não-duráveis) ; (90 dias - produtos duráveis) a partir da data de recebimento do produto, sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo licitante/fabricante em sua proposta comercial.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO:

15.1 É vedada a subcontratação dos serviços constantes como objeto deste Termo de Referência.

16. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

16.1 Da Contratada:

16.1.1 Fornecer os produtos nas quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste documento.

16.1.2 Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao CONTRATANTE para ateste e pagamento.

16.1.3 Atender prontamente as orientações e exigências inerentes à execução do objeto contratado.

16.1.4 Reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os itens em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

16.1.5 Assegurar ao CONTRATANTE o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço/produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento.

16.1.6 Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos materiais, responsabilizando-se pelo transporte, acondicionamento e descarregamento dos materiais.

16.1.7 Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência.

16.1.8 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência.

16.1.9 Não transferir para o CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência da CONTRATADA, nem onerar o objeto deste Termo de Referência.

16.1.10 Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.1.11 Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do objeto contratado.

16.1.12 Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.

16.2 Da Contratante:

16.2.1 Acompanhar e fiscalizar os serviços, atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

16.2.2 Rejeitar, no todo ou em parte os itens entregues, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta de preços da CONTRATADA.

16.2.3 Comunicar a CONTRATADA todas as irregularidades observadas durante o recebimento dos itens solicitados.

16.2.4 Notificar a CONTRATADA no caso de irregularidades encontradas na entrega dos itens solicitados.

16.2.5 Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais/serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

16.2.6 Conceder prazo de 03 (três) dias úteis, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas.

16.2.7 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

16.2.8 Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares.

16.2.9 Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.

16.10 Disponibilizar local adequado para a realização do serviço.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

17.1 A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual n.º 14.167, de 10 de janeiro

de 2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, E no Decreto Estadual nº 48.012, de 22 de julho de 2020, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.1.1 advertência por escrito;

17.1.2 multa de até:

17.1.2.1 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;

17.1.2.2 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso, ou no caso de não entrega do objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas ;

17.1.2.3 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

17.1.3 Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

17.1.4 Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da lei 10.520, de 2002;

17.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

17.2 A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 17.1.1, 17.1.3, 17.1.4, 17.1.5.

17.3 A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos pelo INFRATOR e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

17.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei 8.666, de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 2002.

17.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.5.1 Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

17.6 A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

17.7 As sanções relacionadas nos itens 17.1.3, 17.1.4 e 17.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP e no Cadastro Geral de Fornecedores no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo de Minas Gerais - CAGEF.

17.8 As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

17.8.1 Retardarem a execução do objeto;

17.8.2 Comportar-se de modo inidôneo;

17.8.2.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

17.8.3 Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

17.9 Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS:

18.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 1.295,93 (um mil, duzentos e noventa e cinco reais e noventa e três centavos).

19. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

19.1 A documentação de habilitação mínima a ser exigida, conforme disposto no art. 6º, da Resolução SEPLAG nº106, de 14 de dezembro de 2012, será:

19.1.1 No caso de Pessoa Física:

19.1.1.1 carteira de identidade ou outro documento equivalente do representante do fornecedor;

19.1.1.2 Cadastro de Pessoa Física – CPF – do representante do fornecedor; e

19.1.1.3 comprovante de residência.

19.1.2 No caso de Pessoa Jurídica:

19.1.2.1 documentação relativa à habilitação jurídica;

19.1.2.2 prova de inscrição Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

19.1.2.3 prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

19.1.2.4 prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

19.1.2.5 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT – nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

19.1.2.6 prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do respectivo Estado onde está instalada a pessoa jurídica;

19.1.2.7 prova de regularidade perante a Fazenda Estadual de Minas Gerais; e

19.1.2.8 prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, do respectivo município onde está instalada a pessoa jurídica, na hipótese de contratação de prestação de serviços.

19.2 Os documentos relacionados nos itens 19.1.1 e 19.1.2 que já tenham sido apresentados no CAGEF poderão ser comprovados por meio do Certificado de Registro Cadastral – CRC, conforme disposto no Decreto nº 45.902, de 2012.

20. ASSINATURAS:

Responsável pela elaboração do Termo de Referência: Cleisson Leal Vieira - MASP: 1.147.882-3

Autorizações:

Do ordenador de Despesas:

APROVO o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Diretora Regional de Administração e Finanças - Zona da Mata / SEMAD

Ordenador de Despesas - Resolução SEMAD nº 3186, de 14 de Dezembro de 2022

Da Autoridade Competente:

AUTORIZO a abertura do processo licitatório oriundo do presente termo de referência criado por esta unidade.

Dorgival da Silva - Masp 1.148.513-3

Superintendente Regional de Meio Ambiente - Zona da Mata / SEMAD

Autoridade Competente - Resolução SEMAD nº 3186, de 14 de Dezembro de 2022



Documento assinado eletronicamente por **Silvia Cristiane Lacerda Barra, Diretor (a)**, em 26/06/2023, às 12:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cleisson Leal Vieira, Servidor(a) Público(a)**, em 26/06/2023, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dorgival da Silva, Superintendente**, em 26/06/2023, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **66152144** e o código CRC **FBF16C7D**.